



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Modalidade de Contratação	Termo de Referência	Anexo	Data
Dispensa de Licitação (art 75, inciso I ou II) da Lei Federal 14.133/2021	Número/Ano - Sigla da Unidade Técnica	I	27/07/2022
DEMANDA: Contratação de empresa ou profissional especializada(o) para a prestação de serviço de Assessoria Técnica Atuarial			
Processo SEI :	0007520-15.2022.4.05.7000	Formulário e-compras:	2843

JUSTIFICATIVA

A

A.1 A avaliação atuarial tem como objetivo fornecer subsídios técnicos para estabelecer a médio e longo prazo a análise de riscos, a sinistralidade, dimensionar os custos da operação, o fluxo de recursos necessários para o equilíbrio financeiro do Programa de Autogestão em Saúde da Justiça Federal da 5ª Região e a precificação dos produtos do TRFMED nos estados de AL, CE, PB, PE, RN e SE, levando em consideração a faixa etária da população assistida, o percentual da sinistralidade, os valores cobrados de contribuição mensal e percentual de custeio nas despesas realizadas.

A.2 Esse trabalho trará fundamento na tomada de decisão para que o TRFMED possa dar a cobertura necessária aos beneficiários sem retirar o foco da sustentabilidade dos seus produtos do ponto de vista econômico e financeiro.

Ressaltamos que realizamos anteriormente três contratações de empresas para a elaboração de cálculos atuariais, que naqueles momentos possuíam premissas diferentes das atuais.

A.3 Nas duas primeiras contratações, o TRFMED encontrava-se em fase de implantação. Avaliou-se, na ocasião, a manutenção do auxílio saúde para os magistrados e servidores que, porventura, não viessem a migrar para o TRFMED.

Na última demanda, realizada em março de 2021, o objetivo foi avaliar as vantagens, os riscos e a viabilidade do lançamento de novos produtos do TRFMED.

A.4 A presente contratação visa mensurar, sobretudo, o impacto que será provocado nas contas do TRFMED com a adesão de novos beneficiários a partir do início da operação, simultaneamente, nos estados de AL, CE, PB, RN e SE prevista para dezembro de 2022. E ainda o impacto do reajuste no valor per capita do auxílio saúde no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau que passou a R\$ 546,00 o que deve elevar o volume de recursos orçamentários do TRFMED provenientes da União. A avaliação atuarial será imprescindível, entre outras aplicações, para definir possíveis reajustes no valor da contribuição paga pelos beneficiários.

A.5 O estudo atuarial também deverá mensurar o impacto de uma possível alteração na regra da Amos, Assistência Médica e Odontológica ao Servidor (auxílio saúde). Atualmente, os servidores deixam de receber o auxílio saúde após 06 (seis) meses do início da operação da Autogestão em cada estado, e esses recursos são revertidos para o TRFMED. A possível alteração teria o efeito de facultar aos servidores duas possibilidades: aderir ao TRFMED ou continuar a receber o auxílio saúde. Ressaltando que os recursos da AMOS somente são revertidos para o TRFMED com a adesão do servidor.

OBJETO

B	<p>B.1. Contratação de empresa ou profissional especializado para a prestação de serviço de Consultoria e Assessoria Técnica Atuarial, no segmento de saúde suplementar, ao TRFMED com base nas diretrizes estabelecidas no Regulamento do Programa de Autogestão em Saúde da Justiça Federal da 5ª Região aprovado por meio da Resolução Pleno nº 11, de 22 de outubro de 2020.</p> <p>B.1.1. O Contratante será proprietário do produto de trabalho que lhe será entregue e terá o direito de usá-lo, reproduzi-lo e adaptá-lo para uso interno, unicamente para a finalidade indicada.</p> <p>B.1.2. O Contratante será proprietário de qualquer informação específica relativa aos beneficiários do Programa TRFMED ou conclusão do seu negócio contida no produto do trabalho.</p> <p>B.2. Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste processo de contratação.</p> <p>B.3. Não será permitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;</p> <p>B.4. O objeto desta contratação será realizado na forma de execução indireta, com regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>
C	<p>CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA</p> <p>C.1 As características do objeto estão detalhadas no Anexo I do presente Termo de Referência, denominado Plano de Consultoria.</p>
D	<p>PRAZOS</p> <p>D.1 De entrega: 45 dias a contar da emissão da ordem de serviço</p> <p>D.2 De fornecimento e instalação (se for o caso): não se aplica</p> <p>D.3 De execução, no caso de serviço: a execução terá início com a emissão da ordem de serviço, conforme cronograma exposto no anexo 1 do presente termo</p> <p>D.4 De vigência do instrumento contratual (se for o caso): 100 (cem) dias</p>
E	<p>FORMA DE ENTREGA</p> <p>E.1 A forma de entrega se dará conforme previsto no anexo deste termo</p>
	<p>OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO</p> <p>F.1 Além das disposições contidas no Anexo I deste Termo de Referência, compete à (ao) Contratada(o):</p> <p>F.1.1 Respeitar as especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como no Termo de Referência e seus anexos, observando, ainda, a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;</p> <p>F.1.2. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo contratante;</p> <p>F.1.3. Operar como organização completa, independente e sem vínculo com o Contratante, executando os serviços contratados em conformidade com as especificações e condições</p>

estabelecidas neste Termo de Referência.

F.1.4. Comunicar ao Gestor do contrato as eventuais dificuldades que possam prejudicar o andamento ou a qualidade dos serviços solicitados.

F.1.5. Entregar as tabelas em meio digital (software compatível com a plataforma Windows), nos quais deverá constar a metodologia e os parâmetros utilizados, bem como a memória de cálculo.

F.1.6. Ao final dos trabalhos, a empresa, ou profissional contratado, deverá apresentar os resultados da consultoria, nos termos do anexo I deste Termo de Referência, em reunião a ser realizada preferencialmente de forma remota, a partir de solução tecnológica acordada entre as equipes técnicas da contratada e da contratante.

F.1.7. Refazer, sem ônus adicionais, os serviços elaborados em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência e seus anexos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação do TRF da 5ª Região, por meio do gestor ou fiscal do contrato, sem qualquer custo para este Tribunal;

F.1.8. Manter durante toda a execução dos serviços as condições exigidas na dispensa de licitação para sua habilitação.

F.1.9. Apresentar Cédula de Identidade Profissional emitida pelo IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, perante o Ministério do Trabalho, bem como de todos os profissionais que compõem a equipe técnica e responsáveis pela execução dos serviços, no caso de empresa contratada para a prestação do serviço.

F.1.10. Declarar, sob as penas da lei, que o(s) profissional(is) que executará(ão) os serviços contratados está(ão) regular(es) perante o Instituto Brasileiro de Atuária e que não existe nenhuma restrição imposta por qualquer órgão legal competente para o pleno e irrestrito gozo dos direitos sobre o exercício legal da profissão.

F.1.11. Manter sigilo absoluto sobre as informações obtidas e, nos termos do art. 93 da lei nº. 14.133/2021, ceder todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado contratado no que se refere aos dados e documentos pertinentes ao estudo, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados pela Administração Pública em outras ocasiões sem necessidade de nova autorização de seu autor.

F.1.12. A(o) Contratada(o) será detentor(a) de todos os direitos de propriedade intelectual (incluindo patentes, segredos comerciais e direitos autorais) e sistemas de metodologia utilizados para desenvolvimento do produto, podendo utilizá-los para qualquer propósito compatível com os termos deste Contrato.

F.1.13. A(o) Contratada(o) não poderá utilizar, em nenhuma hipótese, para qualquer outra finalidade, os dados que lhe forem fornecidos pelo Contratante para desenvolvimento do objeto deste contrato, bem como os produtos derivados, tais como relatórios, planilhas ou slides, sem a aprovação prévia e por escrito do Contratante;

F.1.14. Assinar o instrumento contratual no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;

F

F.1.15. Indicar formalmente, quando da assinatura do Contrato, no caso de o Contratado ser uma empresa, preposto que tenha capacidade legal e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos neste Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente, sem implicar em ônus para o contratante, constando o nome completo do preposto, número de CPF, número do documento de identidade, números dos telefones e e-mails para contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

F.1.16. Assumir todas as responsabilidades na ocorrência de acidentes de trabalho, no caso de o Contratado ser uma empresa, quando forem vítimas os seus empregados ou por eles causados a terceiros no desempenho de suas atividades e nos horários da prestação dos serviços, em conformidade com a legislação trabalhista específica, garantindo a devida e imediata assistência;

F.1.17. Responsabilizar-se, no caso de o Contratado ser uma empresa, pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas disciplinares e de segurança do

contratante;

F.1.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao TRF da 5ª Região ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021;

F.1.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, em sendo o Contratante pessoa física, no que lhe couber, resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

F.1.20. Atender prontamente todas as solicitações do contratante previstas neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato;

F.1.21. Comunicar ao contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários e que forem solicitados por este Tribunal, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos materiais/serviços fornecidos/executados;

F.1.22. Não empregar, no caso de a Contratante ser uma empresa, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

F.1.23. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei n.º 14.133/2021;

F.1.23.1. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a(o) contratada(o) será notificada, no prazo definido pelo TRF da 5ª Região, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato e pagamento dos valores das multas e indenizações a ela devidos (Art. 137 da Lei n.º 14.133/2021), além das penalidades previstas no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei.

F.1.24. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;

F.1.25. Adotar, no que couber, as demais práticas de sustentabilidade estabelecidas no artigo 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão;

F.1.25. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que a despesa não esteja liquidada;

F.1.26. Cumprir com as demais obrigações constantes neste Termo de Referência e anexos, e outras previstas no Contrato.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- G.1 Além das disposições contidas no Anexo I deste Termo de Referência, compete ao Contratante:
- G.1.1. Nomear 01(um) Gestor e 01(um) Fiscal para executar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, devendo observar, no mínimo, as atribuições expressamente previstas neste Termo de Referência;
- G.1.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- G.1.3. Prestar informações à Contratada sobre os quantitativos da população beneficiária do Programa de Assistência Médica nos últimos anos, por sexo, faixa etária e faixa salarial, quando for o caso;
- G.1.4. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o acesso da contratada a outras informações, factíveis, essenciais ao desenvolvimento dos estudos;
- G.1.5. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- G.1.6. Notificar a(o) contratada(o), a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- G.1.7. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência e com o contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades;
- G.1.8. Efetuar o pagamento mediante comprovação do fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma ajustados neste Termo de Referência;
- G.1.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/serviços entregues/executados em desacordo com as respectivas especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos;
- G.1.10. Cumprir as demais obrigações constantes deste Termo de Referência e anexos, e outras imposições previstas no Contrato.

PAGAMENTO

DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

H.1 Para efeito de pagamento, a empresa vencedora deverá apresentar documento único de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta-corrente em que o crédito deverá ser efetuado; A contratada deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, a seguinte documentação:

H.1.1 Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (CONJUNTA);

H.1.2 Certidão de regularidade com o FGTS (CRF-FGTS);

H.1.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

H.1.4 Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei (CRF-ESTADUAL);

H.1.5 Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei (CND-MUNICIPAL).

H	<p>H.2 O atesto do documento de cobrança pelo contratante dar-se-á se não houver irregularidades no fornecimento/execução do objeto e nos demais documentos apresentados. Caso existam irregularidades o atesto apenas ocorrerá com a eliminação/correção/saneamento das impropriedades, pela contratada;</p> <p>H.3 Os documentos de cobrança deverão ser enviados por e-mail pela contratada, no endereço eletrônico financeiro.trfmed@trf5.jus.br</p> <p>H.4 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a contratada deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;</p> <p>H.5 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do seu recebimento, a fiscalização do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;</p> <p>DO PAGAMENTO</p> <p>H.6 O pagamento será efetuado, mediante crédito em conta-corrente, até o 10º (décimo) dia útil após o atesto do documento de cobrança, cumprimento da perfeita entrega/execução do objeto e prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;</p> <p>H.7 O valor do pagamento será aquele apresentado no documento de cobrança, descontadas as glosas, conforme o caso.</p>
---	---

ESTIMATIVA DE PREÇOS	
I	<p>I.1 O valor estimado será o preço médio do Mapa Comparativo de Preços, que será elaborado pelo Núcleo de Aquisições e Contratações - NAC/SA deste Tribunal, a partir da realização de pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.</p>

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS																															
<p>J.1 Para efeito de proposta a licitante deverá apresentar planilha detalhada de composição de preços para o fornecimento/execução dos materiais/serviços, tendo como parâmetro o modelo descrito abaixo:</p>																															
J	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 10%;">Ítem</th> <th style="width: 30%;">Descrição</th> <th style="width: 10%;">Unid.</th> <th style="width: 10%;">Qtde.</th> <th style="width: 15%;">Preço Unitário</th> <th style="width: 25%;">Preço Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>3</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>....</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Nos preços indicados na planilha de preços acima deverão estar incluídos os custos, benefícios, encargos, tributos e contribuições relativos ao fornecimento/execução dos materiais/serviços desta contratação.</p>	Ítem	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unitário	Preço Total	1						2						3										
Ítem	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unitário	Preço Total																										
1																															
2																															
3																															
....																															

K	<p>PENALIDADES</p>
---	---------------------------

K.1 Multa por Descumprimento de Prazos e Obrigações

K.1.1 Na hipótese da contratada não entregar/executar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

K.1.2 A contratante a partir do 10º (décimo) dia de atraso poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança;

K.1.3 Em caso de recusa do objeto contratado aplicar-se-á multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

K.1.4 Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo cima estabelecido, as hipóteses em que a contratada não apresentar situação regular conforme exigências

K.1.5 Caso a contratada não atenda aos demais prazos e obrigações constantes neste Termo de Referência e no Instrumento Contratual (se houver), aplicar-se-á multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

K.1.6 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei;

K.2 Multa por Rescisão

K.2.1 Nas hipóteses de rescisão unilateral, deve ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

K.2.2 Não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor;

K.2.3 As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente;

K.2.4 O contratante poderá suspender os pagamentos devidos até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades;

K.2.5 Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Contratante, bem como será descredenciada do SICAF e, no que couber, às demais sanções administrativas previstas na lei 14.133/2021;

K.2.6 As penalidades aplicadas à contratada serão registradas no SICAF;

K.2.7 A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

K.2.8 As multas serão descontadas do pagamento, cobradas administrativamente, ou ainda, quando for o caso, judicialmente pelo rito e com os encargos da execução fiscal;

K.2.9 A aplicação das penalidades acima descritas, far-se-á após a realização de regular processo administrativo;

HABILITAÇÃO

L.1 Habilitação jurídica:

L.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

L.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

L.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

L.1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

L.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

L.1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

L.1.7 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

L.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

L.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

L.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

L.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- L**
- L.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - L.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - L.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - L.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- L.3 Qualificação Técnica**
- L.3.1 Registro ou inscrição da empresa no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), em plena validade;
 - L.3.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - L.3.3 O fornecedor deve comprovar a realização de estudo atuarial para acompanhamento de Programa de Autogestão em Saúde, contemplando pelo menos 5.000 (cinco mil) vidas, conforme previsto no anexo I.
 - L.3.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
 - L.3.5 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

ANEXO I

PLANO DE CONSULTORIA ATUARIAL

ÓRGÃO: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Unidade Técnica Demandante: TRFMED – Autogestão em Saúde

Gerente de Projeto do TRFMED - Magnus Henrique de Medeiros

A - RESUMO DO OBJETO:

[01] Contratação de empresa ou profissional especializado para a prestação de serviço de Consultoria e Assessoria Técnica Atuarial, no segmento de saúde suplementar, ao TRFMED com base nas diretrizes estabelecidas no Regulamento do Programa de Autogestão em Saúde da Justiça Federal da 5ª Região aprovado por meio da Resolução Pleno nº 11, de 22 de outubro de 2020.

B - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / ESCOPO DAS ENTREGAS DA CONTRATADA:

[02] As atividades e entregas mínimas que integram as obrigações da Contratada são:

[02.01] Participar da Reunião de Alinhamento e Preparatória, na modalidade virtual, com duração de até 90 minutos, para a pesquisa inicial:

[02.01.a] Além de apresentar / definir o cronograma de execução do contrato serão apresentados os insumos que estão de posse do TRF5, para fins de composição dos elementos necessários à realização do Estudo.

[02.02] Levantamento / tratamento das bases de dados da(s) operadora(s):

[02.02.a] O levantamento de dados é relativo às operadoras de Saúde que possuem contrato com a Justiça Federal da 5ª Região, inclusive por meio de associações e sindicatos da categoria, nos estados CE, RN, PB, PE, AL e SE.

[02.02.b] Caberá à Contratante mediar a obtenção dos dados pela Contratada junto às operadoras, ou fazer a entrega direta, não cabendo à Contratada responsabilidade por negativa da operadora, ou não fornecimento pela Contratante. Nesses casos, a Contratante deverá se valer das bases já existentes, estudos anteriores e, junto aos representantes da Contratante, definir premissas para a elaboração do estudo / avaliação atuarial, ainda que com as lacunas derivadas da obtenção dos dados.

[02.02.c] O tratamento dos dados corresponde à higienização dos elementos que constam nas bases recepcionadas das operadoras ou TRFMED, eliminando dados inconsistentes, repetidos, dentre outras características, que possam vir a trazer prejuízo à qualidade de confiabilidade do Estudo. Em decorrência dessa análise preliminar, caberá à Contratada informar, ao término dessa etapa, por via escrita, o impacto na confiabilidade dos estudos e sugerir ações de contorno / mitigação dos seus efeitos.

[02.03] Realização do estudo / avaliação atuarial inicial:

[02.03.a] Nessa etapa, a Contratada deverá estruturar, no mínimo, as seguintes informações, para que sejam apresentadas na Bateria de Reuniões de Análise Inicial: metodologia adotada; base de dados analisada; reporte dos resultados validados (neste caso, informar a fonte, bem como se a validação se deu por amostragem) ou elaborados pela consultoria; reporte dos resultados adotados e sem validação pela consultoria; proposta de composição da massa populacional e de premissas para a definição dos preços.

[02.03.a.1] Os resultados reportados na etapa em tela, deverão contemplar, obrigatoriamente, os dados de natureza evolutiva - evolução histórica de período não inferior a 3 anos da quantidade de vidas - inclusive, por sexo; da idade média da população; da distribuição por faixas etárias (padrão ANS); do custo assistencial total; do custo assistencial per capita.

[02.03.a.2] Em todas as tabelas, gráficos e planilhas, bem como outros dados ou informações - de natureza técnica, teórica e metodológica - deverão constar a fonte, o período de referência do evento ou publicação, bem como se foi validado pelos consultores da Contratada.

[02.04] **Bateria de Reuniões de Análise Inicial**(até 3 reuniões, na modalidade virtual, com duração de até 120 minutos) para:

[02.04.a] Apresentação dos resultados iniciais;

[02.04.b] Análise dos resultados iniciais apresentados;

[02.04.c] Definição da política de subscrição do Risco Atuarial;

[02.04.d] Definição das Premissas Administrativas para elaboração da proposta de preços;

[02.05] **Realização do Estudo / Avaliação Atuarial Conclusiva**, no qual deverá contemplar, além dos dados e informações constantes no Relatório Parcial, com os devidos ajustes / atualizações:

[02.05.a] Estimativa da solvência atuarial da operadora (subscrição);

[02.05.b] Grau de confiabilidade dos Resultados dos Estudos realizados, bem como limitações e recomendações para mitigar o impacto de eventual efeito negativo derivado das limitações impostas pelas lacunas nos dados e informações.

[02.06] Bateria de Reuniões de Análise Final(até 2 reuniões, na modalidade virtual, com duração de até 120 minutos) para:

[02.06.a] Apresentação dos resultados produzidos no estudo / avaliação atuarial;

[02.06.b] Validação / proposição de ajustes (se couber) do Relatório apresentado, quanto aos requisitos estabelecidos no Plano de Consultoria;

[02.06.c] Análise técnica e de gestão para proposição de diretrizes voltadas à elaboração da Versão Final do Relatório do Estudo Atuarial.

[02.07] Elaboração / Entrega do Relatório Final, o qual deverá contemplar, pelo menos, os seguintes elementos ou equivalentes:

[02.07.a] Capa: Com título do Estudo; Nome do Consultor responsável; Nome dos Profissionais envolvidos na produção do Estudo, inclusive corpo técnico do TRFMED; Mês / Ano de Produção.

[02.07.b] Declaração de que o conteúdo do Relatório é propriedade do TRFMED, cabendo a este mencionar a autoria do trabalho, quando houver necessidade de recorte de dado ou informação da citada peça. Deverá constar, também, que por força do Contrato, e considerando que os dados e informações que figurem na peça em comento refletem posicionamento da autogestão frente às operadoras de saúde, com as quais, será aberta a negociação, fica proibida a veiculação do todo ou parte da referida publicação por parte do seu autor e consultoria Contratada.

[02.07.c] Créditos: Fontes dos Dados e Informações utilizados para a realização do Estudo

[02.07.d] Sumário

[02.07.e] Listas de Gráficos, Tabelas e Figuras

[02.07.f] Considerações Iniciais: onde deverá constar os modelos / métodos / referenciais teóricos utilizados na elaboração do Estudo; Normas Regulamentadoras observadas; Grau de confiabilidade; Limitações do Estudo.

[02.07.g] Premissas: indicar quais premissas foram inicialmente trabalhadas no Estudo Atuarial e quais foram, efetivamente, adotadas após reunião inicial e apresentação dos primeiros resultados.

[02.07.h] População: descrição das características do universo da pesquisa e a amostra da qual a Contratada efetivamente trabalhou / obteve os dados.

[02.07.i] Resultados: Deverão constar neste tópico os elementos já descritos nos subitens 02.03.a.1 e 02.03.a.2;

[02.07.j] Considerações Finais: Indicar os limites do estudo quanto à fidedignidade dos resultados e sua aplicabilidade no processo decisório; sugerir períodos de atualização do estudo e acompanhamento; sugerir novas formas de executar o serviço em tela;

D - DOS CENÁRIOS PARA PRECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS:

[03]A precificação deverá ser contemplada a partir de dois cenários considerando a disponibilidade dos recursos orçamentários:

[03.01] Cenário 1:

Recebimento INTEGRAL dos recursos orçamentários referentes à AMOS, Assistência Médica e Odontológica ao Servidor (auxílio saúde).

[03.02] Cenário 2:

Recebimento PARCIAL dos recursos orçamentários referentes à AMOS, Assistência Médica e Odontológica ao Servidor (auxílio saúde), decorrente de possível mudança nas normas.

E - INSUMOS PARA O ESTUDO E A BASE DE DADOS:

[04]A Contratante disponibilizará à Contratada os Relatórios Atuariais já realizados no âmbito do TRF5 e de suas Seccionais, além dos Relatórios orçamentários e relativos à composição do quadro de beneficiários distribuídos em toda a Região da Justiça Federal sob sua jurisdição. Serão, também, disponibilizados relatórios de sinistralidade e custos com procedimentos, à disposição do TRF5, observando o disposto

neste Anexo. O acesso aos dados de posse das operadoras será mediado entre a Contratante e as operadoras de saúde.

[04.01] Para melhor definição dos valores que deverão compor a proposta orçamentária dos interessados a participar do processo de contratação para os serviços em tela, a Diretoria do TRFMED, por meio de suas unidades técnicas, poderá apresentar o conteúdo constante nos Relatórios mencionados no item [04], os quais estarão à disposição da empresa vencedora, na íntegra, durante o estudo atuarial inicial, de onde poderão ser extraídos e validados os dados elencados neste Anexo.

[04.01.a] A Contratada fica proibida de veicular no todo ou em parte o conteúdo dos Relatórios mencionados neste anexo, salvo sob autorização expressa da contratante.

F - CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO:

[05] A população que integra o rol de beneficiários do TRFMED, em sua plenitude, e que será tomada como base para o estudo atuarial, está distribuída nos estados e por produtos conforme as tabelas a seguir, as quais expressam valores estimativos sujeitos a flutuação em razão de ingressos e desligamentos de beneficiários:

[05.01] **Tabela 1.** Vidas ativas e potenciais por estado em julho/2022

Por Estado	nº de vidas	Potencial
Pernambuco	4016	4054
AL	34	923
CE	192	2.121
PB	112	1.402
RN	14	1.426
SE	345	630
Total	4.713	11.056

[05.02] **Tabela 2.** Vidas ativas e potenciais por faixa etária e tipo de produto em julho/2022

Faixa Etária	NACIONAL	NACIONAL AMPLIADO
00 - 18	945	37
19 - 23	232	14
24 - 28	291	16
29 - 33	283	17
34 - 38	311	18
39 - 43	366	27
44 - 48	329	14
49 - 53	298	14
54 - 58	375	25
59 ou +	983	118
Total	4413	300
% sobre o total	94%	6%
% idosos	22%	39%

G - DOS PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES / ENTREGAS DO CONTRATO :

[06]Os prazos limites para realização / entrega das atividades, atendendo aos requisitos deste Plano de Consultoria, constam na Tabela 3, a seguir:

[06.01] Tabela 3. Cronograma de Execução das Atividades e Entregas da Consultoria

Atv	DESCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6
1	Reunião de Alinhamento e Preparatória para Pesquisa Inicial	X					
2	Levantamento e Tratamento das Bases de Dados das Operadoras e do TRFMED	X	X				
3	Realização do Estudo / Avaliação Atuarial Inicial		X	X	X		
4	Bateria de Reuniões de Análise Inicial			X	X		
5	Realização do Estudo / Avaliação Atuarial Conclusiva				X	X	X
6	Bateria de Reuniões de Análise Final					X	X
7	Elaboração e Entrega do Relatório Final						X

H - DA QUALIFICAÇÃO DAS CONCORRENTES / LICITANTES:

[07]A empresa / ou profissional interessado em participar do processo de contratação, deverá apresentar o currículo de profissional devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), o qual caberá atuar como responsável técnico pelas atividades relativas a este Plano de Consultoria, devendo ser detentor de um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a realização de estudo atuarial para implantação ou acompanhamento de Programa de Autogestão em Saúde, contemplando pelo menos 5.000 (cinco mil) vidas, o que corresponde a aproximadamente 50% do potencial estimado da população de beneficiários.

I - DO PAGAMENTO:

[08]O pagamento será efetuado referente aos serviços prestados e homologados mediante crédito em conta corrente até o 10º (décimo) dia útil após o(s) atesto(s) do(s) documento(s) de cobrança e cumprimento da perfeita realização dos serviços, do cumprimento de todas as etapas descritas no Cronograma que figura na Tabela 2, e atendidos os requisitos das Entregas definidas nos itens [02.03] e [02.07] deste Plano, além da prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, observadas as exigências em caso de o Contratado ser Pessoa Física;

[08.01]O cumprimento do prazo de quaisquer das etapas em prazo não inferior ao estimado, para fins de cálculo do valor a ser pago à Contratante, poderá ser compensado na execução das atividades e entregas sucessórias, observando o prazo total limite;

[09]O não cumprimento dos requisitos definidos no Plano de Consultoria em pauta, garantirá à Contratante o não recebimento dos Produtos correspondentes aos itens [02.03] e [02.07] deste Plano, correndo o prazo, quando da devolução do produto para ajustes, em desfavor da Contratada, aplicando-lhe o disposto no item [08.01];

[10]Caso o atraso no cronograma, ou o não cumprimento dos requisitos para as peças mencionadas nos itens [02.03] e [02.07], decorra de fatores que extrapolam a competência da Contratada, fica a prestadora de serviços isenta das penalidades inerentes à inexecução contratual.

J - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES:

[11] Para além dos aspectos jurídicos aplicáveis às contratações públicas, ficam os partícipes do Contrato que derivará deste Plano de Consultoria, vinculados às obrigações atribuídas adiante:

[11.01] À Contratante cabe:

[11.01.a] Disponibilizar à Contratada, em até 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do Contrato, todos os relatórios e informações sob seu domínio;

[11.01.b] Mediar junto às operadoras que atuam nos contratos firmados com a Administração da JF5, sindicatos e associações, a obtenção de dados e informações requeridas pela Contratante, a fim de disponibilizar à Contratada os insumos mínimos e suficientes para garantir a qualidade requeridas para os produtos derivados deste Plano de Consultoria;

[11.01.c] Cumprir, no que for sua competência, os prazos previstos no cronograma constante no corpo deste Plano de Consultoria.

[11.01.c.1] O atraso da Contratante na execução de alguma atividade ou entrada de insumo ensejará na suspensão da contagem de prazo no Cronograma do Projeto;

[11.01.d] Avaliar os requisitos dos produtos a serem entregues pela Contratada, nos termos estabelecidos neste Plano de Consultoria;

[11.01.e] Efetuar o pagamento nas condições previstas no tópico I e em seus itens e subitens.

[11.02] À Contratada cabe:

[11.02.a] Cumprir o cronograma conforme estabelecido neste Plano de Consultoria;

[11.02.b] Garantir a qualidade dos produtos a serem apresentados / entregues à Contratada, mediante cumprimento de todos os requisitos estabelecidos neste Plano de Consultoria;

[11.02.c] Garantir reserva no acesso a informações e dados que integram os insumos e produtos deste Plano de Consultoria, observando o disposto no item [04.01.a] deste Plano de Consultoria.

Recife, 28 de julho de 2022



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE GOMES DA FONSECA PEREIRA**, **DIRETOR(A) DE DIVISÃO EM EXERCÍCIO**, em 28/07/2022, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2895725** e o código CRC **54DD1AD5**.